

Companhia
Energética Sinop
S.A.
(pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho
de 2018**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature, a smaller signature, and the initials 'NG'.



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 03 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.762	1.083	Fornecedores	15	81.526	91.987
Aplicações financeiras	6	30.459	215.047	Tributos e contribuições a recolher	16	6.623	5.483
Adiantamentos	7	412	223	Obrigações trabalhistas	17	2.700	2.010
Tributos e contribuições a recuperar	8	21.860	10.459	Uso do bem público	14	3.709	1.882
Títulos e créditos a receber	9	19.121	-	Financiamento BNDES	18	73.788	22.292
Despesas antecipadas	10	757	28				
Total do ativo circulante		75.371	226.840	Total do passivo circulante		168.346	123.654
				Não circulante			
Não circulante				Uso do bem público	14	22.299	23.674
Fundos vinculados	11	25.719	-	Financiamento BNDES	18	897.484	887.364
Ativo fiscal diferido	12	241.230	229.977				
Imobilizado	13	1.942.675	1.652.959	Total do passivo não circulante		919.783	911.038
Intangível	14	26.320	25.931	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		2.235.944	1.908.867	Capital social	20	1.694.200	1.550.200
				Prejuízos acumulados	20	(471.014)	(449.185)
				Total do patrimônio líquido		1.223.186	1.101.015
Total do ativo		2.311.315	2.135.707	Total do passivo e do patrimônio líquido		2.311.315	2.135.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)**Demonstrações de resultados****Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017****(Em milhares de Reais)**

	Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita de vendas					
Receita líquida com venda de energia elétrica	21	17.343	-	32.372	-
Custos com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	22	(20.959)	-	(47.564)	-
Encargos de uso da rede elétrica	23	(9.156)	-	(17.651)	-
Resultado operacional bruto		(12.772)	-	(32.843)	-
Despesas operacionais					
Pessoal, encargos e benefícios	24	(2.099)	(2.000)	(4.893)	(3.742)
Serviços de terceiros	25	(3.692)	(1.129)	(5.927)	(2.010)
Arrendamentos e alugueis		(122)	(86)	(195)	(181)
Passagens e hospedagens		(203)	(177)	(348)	(347)
Materiais		(50)	(63)	(92)	(119)
Depreciações e amortizações	13 e 14	(119)	(100)	(237)	(195)
Outros		(392)	(421)	(653)	(767)
Outras receitas (despesas) operacionais					
Outras receitas operacionais		8.772	-	8.772	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(10.677)	(3.976)	(36.416)	(7.361)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras		1.635	504	3.788	2.854
		(325)	(200)	(455)	(240)
Resultado financeiro	26	1.310	304	3.333	2.614
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.367)	(3.672)	(33.083)	(4.747)
Contribuição social diferida	12	842	225	2.976	329
Imposto de renda diferido	12	2.355	940	8.278	979
Resultado do período		(6.170)	(2.507)	(21.829)	(3.439)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos em</u>		<u>Períodos de seis meses findos em</u>	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado do período	(6.170) #	(2.507) #	(21.829) #	(3.439)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(6.170)</u>	<u>(2.507)</u>	<u>(21.829)</u>	<u>(3.439)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016		565.000	(14.874)	328.000	878.126
Integralização de capital social em moeda corrente		230.000	-	-	230.000
Integralização de capital social por AFAC		328.000	-	(328.000)	-
Resultado do período		-	(3.439)	-	(3.439)
Saldo em 30 de junho de 2017		1.123.000	(18.313)	-	1.104.687
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.550.200	(449.185)	-	1.101.015
Integralização de capital social em moeda corrente	20	144.000	-	-	144.000
Resultado do período		-	(21.829)	-	(21.829)
Saldo em 30 de junho de 2018		1.694.200	(471.014)	-	1.223.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(33.083)	(4.747)
Receita financeira	-	(13)
Provisões	(6.405)	351
Depreciação e amortização	237	195
Prejuízo ajustado	(39.251)	(4.214)
Variação no ativo		
Aplicações financeiras	184.854	122.789
Adiantamentos	(189)	(96)
Despesas antecipadas	(729)	(36)
Títulos a receber	(19.123)	-
Depósitos vinculados	(25.719)	-
Tributos e contribuições a compensar	(11.400)	(4.012)
	127.694	118.645
Variação no passivo		
Fornecedores	(24.646)	(4.833)
Tributos e contribuições a recolher	1.140	(4.975)
Obrigações trabalhistas	67	5
	(23.439)	(9.803)
Juros pagos na liquidação da dívida com as debêntures	-	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.004	104.628
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(224.431)	(353.558)
Adição de intangível	(66)	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(224.497)	(353.583)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação financiamento com o BNDES	17.172	-
Integralização de capital social	144.000	230.000
Liquidação da dívida com as debêntures (principal)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital AFAC	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	161.172	230.000
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.679	(18.955)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.083	25.612
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.762	6.657
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.679	(18.955)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017
1 - Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	35.672	-
Outras receitas	8.772	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-
	44.444	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e Cofins)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(65.214)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.801)	(3.143)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Impairment</i>	-	-
Outras (especificar)	-	-
	(72.015)	(3.143)
3 - Valor adicionado bruto	(27.571)	(3.143)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(237)	(195)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(27.808)	(3.338)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	3.788	2.854
Outras	-	-
	3.788	2.854
7 - Valor adicionado total a distribuir	(24.020)	(484)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.109	2.952
Benefícios	578	619
FGTS	206	171
	4.893	3.742
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(7.954)	(1.248)
Estaduais	213	34
Municipais	7	6
	(7.734)	(1.208)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	455	240
Aluguéis	195	181
Outras	-	-
	650	421
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Dividendos	-	-
Resultado do período	(21.829)	(3.439)
Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	-	-
	(21.829)	(3.439)
Valor adicionado total	(24.020)	(484)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. na composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 20), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE”, ou “UHE Sinop”, ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662; e a Usina situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia, bem como os respectivos acionistas, observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da Aneel, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Para fazer frente à implantação da UHE Sinop, a Sinop Energia possui capital autorizado de R\$ 1.880.136.449,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta milhões, centro e trinta e seis mil quatrocentos e quarenta e nove reais) — Nota Explicativa nº 20 —, e suas subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 29.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos relacionados no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 56 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a ser gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação. A Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (“SEMA/MT”) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022, e a Companhia encontra-se em dia com todas suas obrigações assumidas no PBA.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ. Em 29 de dezembro de 2017, através da Resolução nº 353, a SUDAM aprovou o pleito de redução, ficando a empresa obrigada a informar a efetiva entrada em operação do empreendimento.

Em relação ao prazo de execução da UHE Sinop, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação do Empreendimento, sendo eles:

- (a) Entraves ambientais/judiciais, tais como:
 - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina
 - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras
 - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força
 - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito
 - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 8 de janeiro de 2018, através da Portaria nº 2, o secretário-adjunto de planejamento e desenvolvimento energético do MME definiu ao novo montante de garantia física de energia da UHE Sinop em 242,8 MW médios (*), considerando a potência instalada mínima de 401,88 MW (*).

- (*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

Em 18 de janeiro de 2018, a Companhia protocolizou com a SEMA/MT o requerimento solicitando a Licença de Operação (LO) sob o nº 23414/2018, que trata do enchimento do reservatório e da futura operação da Usina. Esse processo permanecia em análise na data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.
- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos CCEAR.
- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a Concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma para o início da geração de energia foi alterado para 31 de dezembro de 2018.

Segunda emissão de debêntures

Em 18 de abril de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos nos termos da ICVM nº 476/09. As principais informações acerca da referida deliberação foram devidamente divulgadas aos acionistas e ao mercado através de Fato Relevante protocolado em 18 de abril de 2018.

Em 15 de maio de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram, entre outras matérias, a alteração da condição de resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures a ser emitidas no âmbito da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e na apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir:

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas nºs 13 e 14), o valor presente com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa nº 14) e das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 19). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada em Ata de Reunião da Diretoria em 02 de agosto de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras intermediárias.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras intermediárias, exceto para os itens a seguir:

4.1 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

• Classificação - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo 01/01/2018
Ativos financeiros (circulante/não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	1.083
Aplicações financeiras	VJR	VJR	215.047
Total de ativos financeiros			216.130
Passivos financeiros (circulante/não circulante)			
Fornecedores e encargos setoriais	Custo amortizado	Custo amortizado	91.987
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	909.656
Total de passivos financeiros			1.001.643

• Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, esse requerimento não gerou impacto na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4.2 Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

Com base em sua avaliação, a Companhia adotou a aplicação do CPC 47, porém não gerou impacto em suas informações financeiras.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Fundo fixo de caixa	2	3
Banco do Brasil	101	14
BNP Paribas	2	2
Banco Itaú	1.675	1.021
Banco Bradesco	982	43
	<u>2.762</u>	<u>1.083</u>

Os recursos disponíveis na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia.

6 Aplicações financeiras

	30/06/2018	31/12/2017
Fundos de investimentos	21.532	20.950
CDB	-	63.828
Operações compromissadas	8.927	130.269
	<u>30.459</u>	<u>215.047</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (96% e 99% do CDI) do Banco do Brasil e Fundos de Investimentos no Bradesco e ambos são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

7 Adiantamentos

	30/06/2018	31/12/2017
Adiantamentos a funcionários (a)	251	74
Outros (b)	161	149
	<u>412</u>	<u>223</u>

- (a) Referem-se aos adiantamentos de férias e 13º salário.
- (b) Substancialmente, referem-se, aos cauções sobre aluguel e fornecedores de materiais e/ou serviços administrativos.

8 Tributos e contribuições a recuperar

	30/06/2018	31/12/2017
ICMS antecipado (a)	112	127
PIS a recuperar (b)	2.960	1.082
COFINS a recuperar (b)	13.245	4.758
ISS a recuperar	66	66
IRRF sobre aplicações financeiras	5.459	4.408
Imposto de renda a recuperar	18	18
	<u>21.860</u>	<u>10.459</u>

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada. A SEFAZ-MT concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do Processo nº 5294015/2017, de 29 de junho de 2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 6% (seis por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.
- (b) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (*), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.
- (c) (*) Na área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS devidos ao benefício do REIDI, sendo os valores dos materiais e serviços contratados livres de tais tributos.
- (d) Durante o ano de 2019, a Companhia estima uma receita bruta de R\$ 279 milhões, composta pela projeção de geração de 1.890.408 MWh a ser faturada pelo preço unitário de R\$ 148,11 por MWh, corrigido em 30 de junho de 2018. Desta receita, os tributos federais (PIS 1,65% e COFINS 7,6%) serão apurados no montante de R\$ 25,9 milhões.

9 Títulos e créditos a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Contas a receber	<u>19.121</u>	<u>-</u>
	<u>19.121</u>	<u>-</u>

Refere-se à venda de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

10 Despesas antecipadas

	30/06/2018	31/12/2017
Despesas pagas antecipadamente	<u>757</u>	<u>28</u>
	<u>757</u>	<u>28</u>

Refere-se, substancialmente, ao pagamento antecipado da descontração de energia elétrica vendida referente ao mês de dezembro de 2018, além de despesas antecipadas com a contratação de seguros.

11 Fundos vinculados

	30/06/2018	31/12/2017
Conta Reserva (Financiamento BNDES)	<u>25.719</u>	<u>-</u>
	<u>25.719</u>	<u>-</u>

Os direitos creditórios da Companhia, provenientes das receitas de venda de energia elétrica, são depositados nas contas (adicionais e centralizadoras) de movimentação exclusiva pelo banco administrador (Bradesco), têm por finalidade ser preenchido até 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e serão mantidos até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme o Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, "Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios".

Os montantes depositados na Conta Reserva estão aplicados em fundos de investimentos, de baixo risco, conforme estabelecido e recomendado pelo BNDES, no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, "Investimentos Permitidos", com a seguinte composição: 84,10% em títulos públicos, 15,88% operações financeiras compromissadas e 0,02% em outros.

12 Ativo fiscal diferido

	Alíquota	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	25%	177.372	169.094
Contribuição social diferida	9%	<u>63.858</u>	<u>60.883</u>
Total		<u>241.230</u>	<u>229.977</u>

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

(a) Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2017	229.977
Reconhecimento no período entre 31/12/2017 e 30/06/2018	<u>11.253</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>241.230</u>

(b) Demonstrativo da base de cálculo

	Alíquota	30/06/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(33.082)</u>	<u>(657.563)</u>
Adições		2.956	59.161
Imposto de renda	25%	8.277	164.170
Contribuição social	9%	<u>2.976</u>	<u>59.082</u>
Total		<u>11.253</u>	<u>223.252</u>

(c) Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de junho de 2018, a seguir:

Exercícios	Total
2019	5.430
2020	2.937
2021	7.480
2022	11.883
2023	16.207
2024	22.684
2025	28.651
2026	33.626
2027	39.093
2028	45.352
2029	27.887
Total	241.230

13 Imobilizado

Movimentação do imobilizado em 2018

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Ajustes	Depreciação	Transferências	Saldos em 30/06/2018
Geração						
Em curso						
Terrenos	311.060	55.341	25	-	5.063	371.489
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	1.230.556	50.681	(25)	-	19.639	1.300.851
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	210.603	100.350	-	-	14.600	325.553
Máquinas e equipamentos a ratear	280.145	5.693	-	-	15.263	301.101
Estudos de projetos a ratear	(a) 23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b) 25.980	20.919	-	-	(24.563)	22.336
	2.081.918	232.984	-	-	30.002	2.344.904
Terrenos a pagar	(c) 11.324	-	-	-	(5.063)	6.261
Medições	(c) 25.471	13.665	-	-	(24.939)	14.197
Juros capitalizados	(e) 147.141	43.164	-	-	-	190.305
Total geração	2.265.854	289.813	-	-	-	2.555.667
Administração						
Em serviço	1.120	7	-	-	-	1.127
Depreciação acumulada	(540)	-	-	(104)	-	(644)
Total administração	580	7	-	(104)	-	483
Total	2.266.434	289.820	-	(104)	-	2.556.150
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(613.475)	-	-	-	-	(613.475)
Imobilizado líquido	1.652.959	289.820	-	(104)	-	1.942.675

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (a) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (b) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (c) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (d) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

Em 30 de junho de 2018, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 65.390 (R\$ 96.898, em 31 de dezembro de 2017).

Teste de recuperabilidade

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2017.

Para fins de teste, foi considerada a entidade como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), sendo adotadas as seguintes premissas:

- (a) Tendo em vista a ausência de valor justo de venda do ativo, foi considerado o Valor em Uso.
- (b) Fluxo de caixa projetado de 33 anos que considera o prazo de concessão.
- (c) As receitas levaram em consideração o valor contratado atualizado pelo IPCA.
- (d) A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2018 no referido fluxo de caixa projetado foi de 9,29%.

O valor da provisão reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 613.475 (em 30 de junho de 2018, não foi identificada a necessidade do teste de imparidade).

14 Intangível

	Saldos em 31/12/2017	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Ajustes	Saldos em 30/06/2018
Geração						
Em curso - UBP (a)	25.555	453	-	-	-	26.008
Total - Geração	25.555	453	-	-	-	26.008
Administração central						
Em serviço (b)	853	68	-	-	-	921
Amortização acumulada	(477)	-	-	(132)	-	(609)
Total - Administração	376	68	-	(132)	-	312
Total	25.931	521	-	(132)	-	26.320

(a) **Geração - Em curso - Utilização do Bem Público (UBP)**

Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 11,14% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo intangível. A amortização da UBP iniciará a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

(b) **Administração - Em serviço**

Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

15 Fornecedores

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores de serviços e materiais (a)	47.902	49.016
Compra de energia elétrica (b)	17.641	-
Fundiário (c)	6.731	12.601
Encargos de uso do sistema de transmissão (d)	4.242	5.636
Contas a pagar (e)	3.522	1.469
Adiantamentos de fornecedores (f)	939	-
Combustíveis	485	-
Repasse aos assentados (g)	64	-
Compensação Acordo Bilateral (h)	-	23.265
	81.526	91.987

- (a) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados pelas empresas contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se às obrigações oriundas da aquisição de energia elétrica no ACL.
- (c) Refere-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (d) Referem-se à Encargos sobre o Uso do Sistema de Transmissão a partir de dezembro de 2017.
- (e) Referem-se às utilidades e demais contas a pagar com fornecedores às áreas administrativas.
- (f) Crédito indevido pendente de devolução à CCEE.
- (g) Refere-se ao seguinte subcomponente do PBA “Programa de Remanejamento aos Assentados”.
- (h) Refere-se ao Termo de Ajuste Financeiro e Compensação de Acordo Bilateral dos contratos CCEARs e Ônus do Contrato de Lastro de Energia junto a Eletronorte.

16 Tributos e contribuições a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
FGTS a recolher	80	117
INSS a recolher (a)	1.437	1.859
ICMS a recolher	194	148
IR a recolher	13	16
IRRF sobre salários	169	347
IRRF sobre serviços (PJ)	297	443
ISSQN a recolher (b)	1.893	1.875
PIS/COFINS e CSLL a recolher	2.540	678
	6.623	5.483

- (a) Refere-se, substancialmente, ao INSS decorrente de serviços prestados pelas empresas especializadas, contratadas para as atividades da supressão vegetal.
- (b) Refere-se, substancialmente, a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A., principal construtora da UHE Sinop, relacionados à medição mensal e, ainda, os serviços prestados pelas empresas especializadas, contratadas para as atividades da supressão vegetal.

17 Obrigações trabalhistas

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão de férias	1478	1.466
Provisão de 13º salário	478	-
Encargos sobre provisão de férias	568	544
Encargos sobre provisão de 13º salário	176	-
	2.700	2.010

18 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2017, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 1,046 bilhão destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 13).

Composição do financiamento em 30 de junho de 2018:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	64.002	-	(461)	63.541
Atualização	TJLP	-	10.247	-	10.247
		<u>64.002</u>	<u>10.247</u>	<u>(461)</u>	<u>73.788</u>
Não circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	789.358	-	(18.252)	771.106
Atualização	TJLP	-	126.378	-	126.378
		<u>789.358</u>	<u>126.378</u>	<u>(18.252)</u>	<u>897.484</u>
Total do financiamento		<u>853.360</u>	<u>136.625</u>	<u>(18.713)</u>	<u>971.272</u>

Movimentação do financiamento em 30 de junho de 2018:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2018
Circulante:							
Subcrédito A	19.976	-	-	43.106	-	459	63.541
Atualização	2.316	-	-	7.931	-	-	10.247
	<u>22.292</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.037</u>	<u>-</u>	<u>459</u>	<u>73.788</u>
Não circulante:							
Subcrédito A	797.039	17.500	-	(43.106)	-	(328)	771.105
Atualização	90.325	-	-	(7.931)	43.985	-	126.379
	<u>887.364</u>	<u>17.500</u>	<u>-</u>	<u>(51.037)</u>	<u>43.985</u>	<u>(328)</u>	<u>897.484</u>
Total do financiamento	<u>909.656</u>	<u>17.500</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.985</u>	<u>131</u>	<u>971.272</u>

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2018
18.845	328	459	18.714

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 2018

Amortização do custo incremental	459
Encargos totais da dívida	43.985
Rendimento da aplicação financeira	(1.280)
	<u>43.164</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2017:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	20.897	-	(921)	19.976
Atualização	TJLP	-	2.316	-	2.316
		<u>20.897</u>	<u>2.316</u>	<u>(921)</u>	<u>22.292</u>
Não circulante:					
Subcrédito A	2,88% a.a.	814.963	-	(17.924)	797.039
Atualização	TJLP	-	90.325	-	90.325
		<u>814.963</u>	<u>90.325</u>	<u>(17.924)</u>	<u>887.364</u>
Total do financiamento		<u>835.860</u>	<u>92.641</u>	<u>(18.845)</u>	<u>909.656</u>

O saldo de contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos. As parcelas, compostas de principal e juros, serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

A Companhia não cumpriu a condicionante do contrato do BNDES de aumentar a garantia física, no mínimo de 243,9 MW médios, e, portanto, deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito "C", no valor de R\$ 28 milhões, conforme a Cláusula Décima Sétima "Condições de Liberação da Colaboração Financeira". O montante de garantia física definido pelo MME através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, foi de 242,8 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

O restante dos subcréditos está previsto para as datas a seguir em função das necessidades para realização do projeto:

	Subcréditos			Total
Período	A	B	D	Total
Set/18	116.640	15.305	-	131.945
Dez/18	-	17.149	-	17.149
Mar/19	-	4.294	-	4.294
Jun/19	-	6.252	5.000	11.252
Total	<u>116.640</u>	<u>43.000</u>	<u>5.000</u>	<u>164.640</u>

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros):

Exercícios	Total
2018	24.284
2019	48.563
2020	48.563
2021	48.563
2022	48.563
2023	48.563
2024	48.563
Após 2024	655.610
	971.272

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo, ainda, outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras intermediárias auditadas.

O contrato possui, ainda, outras cláusulas de *covenants*, e a Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

19 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, consequentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2018, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 12,8 milhões (R\$ 14,4 milhões em 31 de dezembro de 2017), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) — tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A seguir, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade “possível”:

	31/12/2017	Adições	Pagamentos/ baixas	30/06/2018
Trabalhistas (a)	1.960	402	-	2.362
Cíveis e outras (b)	12.445	-	1.903	10.542
Total	14.405	402	1.903	12.904

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus

reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

(b) **Cíveis e outras**

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se à ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da UHE Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

No dia 12 de dezembro de 2017, a Secretaria de Meio Ambiente expediu uma decisão sobre a revisão do valor da compensação ambiental, resultando num aumento do então montante de R\$ 5,5 milhões (valor atualizado até o presente momento arbitrado pela SEMA/MT em 2014) para o novo montante de R\$ 12,0 milhões.

20 Capital social

Em 30 de junho de 2018, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1,6 bilhão (R\$ 1,5 bilhão, em 31 de dezembro de 2017), que compreende 1.694.200.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2018 é de R\$ 1.880.136.449,00 (R\$ 1.880.136.449,00 em 31 de dezembro de 2017), até o limite de 1.880.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de junho de 2018:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	1.694.200	1.880.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2017:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	379.799	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	379.799	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	790.602	958.870	51,0%
	1.550.200	1.880.136	100,0%

Em 24 de janeiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 64 milhões em moeda corrente.

Em 23 de fevereiro de 2018, foram integralizados em capital o valor de R\$ 80 milhões em moeda corrente.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(6.170)	(3.515)	(471.014)	(3.439)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.694.200	1.073.000	1.680.867	1.123.000
Prejuízo por ação (básico) - R\$	(0,00364)	(0,00328)	(0,28022)	(0,00306)
Prejuízo por ação (diluído) - R\$	(0,00364)	(0,00328)	(0,28022)	(0,00306)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nos exercícios de 2018 e 2017.

21 Receitas com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita líquida com venda de energia elétrica	17.343	-	32.372	-
	<u>17.343</u>	<u>-</u>	<u>32.372</u>	<u>-</u>

Refere-se à comercialização de energia elétrica no ACL, no montante de 276.698,76 MWh ao preço médio de R\$ 128,92 MWh, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

22 Custos com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Energia elétrica comprada para revenda	(20.959)	-	(47.564)	-
	<u>(20.959)</u>	<u>-</u>	<u>(47.564)</u>	<u>-</u>

Refere-se à aquisição de energia elétrica no ACL, no montante de 276.698,76 MWh ao preço médio de R\$ 189,23 MWh, e ao prêmio por desconstrução de energia elétrica no período, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

23 Encargos de uso da rede elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Encargos de uso da rede elétrica	(9.156)	-	(17.651)	-
	<u>(9.156)</u>	<u>-</u>	<u>(17.651)</u>	<u>-</u>

Refere-se aos encargos: (i) taxas compulsórias no montante de R\$ 397 e (ii) uso da rede elétrica sobre 276.698,76 MW médios comercializados no período, no montante de R\$ 17.254. As taxas dos encargos são determinadas pela ANEEL e atualizados anualmente no mês de julho.

24 Pessoal, encargos e benefícios

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração de empregados	(1.382)	(1.313)	(3.468)	(2.351)
Encargos trabalhistas	(420)	(412)	(847)	(772)
Benefícios a empregados	(297)	(275)	(578)	(619)
	<u>(2.099)</u>	<u>(2.000)</u>	<u>(4.893)</u>	<u>(3.742)</u>

25 Serviços de terceiros

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(3.226)	(727)	(5.011)	(1.198)
Telefone, Internet, água e energia elétrica	(87)	(55)	(183)	(115)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(215)	(143)	(341)	(285)
Monitoramento e vigilância	(56)	(88)	(192)	(224)
Transportes	-	(13)	(21)	(23)
Outros	(108)	(103)	(179)	(165)
	<u>(3.692)</u>	<u>(1.129)</u>	<u>(5.927)</u>	<u>(2.010)</u>

26 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.619	507	3.762	2.460
Provisão não realizada (a)	-	-	-	377
Descontos obtidos	16	(3)	26	4
Variações monetárias	-	-	-	13
Subtotal	<u>1.635</u>	<u>504</u>	<u>3.788</u>	<u>2.854</u>
Despesas financeiras				
IOF	(51)	(186)	(71)	(223)
Juros e multas	(259)	(15)	(369)	(16)
Outras despesas financeiras	(15)	1	(15)	(1)
Subtotal	<u>(325)</u>	<u>(200)</u>	<u>(455)</u>	<u>(240)</u>
	<u>1.310</u>	<u>304</u>	<u>3.333</u>	<u>2.614</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes ao IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.

Em 2017, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foi proveniente dos aportes dos acionistas.

Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

27 Outras receitas operacionais

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Outras receitas operacionais	8.772	-	8.772	-
	<u>8.772</u>	<u>-</u>	<u>8.772</u>	<u>-</u>

Prêmio recebido pela desconstrução da compra de energia elétrica no período.

28 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

- Controladores
- Administradores
- Controladores.

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	30/06/2018			31/12/2017		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
UTNF	Serviços (a)	313	45	-	480	45	-
	Honorários (b)	-	861	1.068	-	34	410
	Total	313	906	1.068	480	79	410
CHESF	EUST (c)	-	440	2.659	-	222	222
	Acordo bilateral (d)	-	-	721	-	-	-
	Total	-	440	3.380	-	222	222
ELETROBRAS	EUST (c)	-	281	1698	-	135	135
	Acordo bilateral (d)	-	-	721	-	4.733	4.733
	Reserva não contratada (e)	-	-	7.465	-	-	-
	Compra de energia (f)	-	17.641	52.360	-	-	-
ELETROBRAS	Total	-	17.922	62.244	-	4.868	4.868

- (a) Prestação de serviços de gestão e execução da operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas.
- (b) Remuneração ao diretor-presidente, indicado pela UTNF.
- (c) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão.
- (d) Prêmio por desconstratação de energia elétrica vendida e não faturada - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).
- (e) Prêmio mensal por desconstratação de energia elétrica comprada e não faturada - Ambiente de Contratação Livre (ACL).
- (f) Compra de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre e na modalidade de opção de compra.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição, além dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e os membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2018 foi determinada em AGO realizada em 27 de abril de 2018.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (a)	(447)	(452)	(1.621)	(805)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração (b)	(170)	(236)	(368)	(462)
Benefício do Conselho de Administração e diretores (c)	(79)	(106)	(154)	(272)
Remuneração do Conselho Fiscal (d)	(34)	(33)	(67)	(76)
	<u>(730)</u>	<u>(827)</u>	<u>(2.210)</u>	<u>(1.615)</u>

- (a) Composta por ordenados e salários.
- (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (c) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, ajuda de custos, entre outros.
- (d) Composta por ordenados e salários.

29 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimento de renda fixa de baixo risco no Bradesco e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A Companhia mantém duas carteiras de Fundos de aplicação do Bradesco e está composta da seguinte forma: (i) 13,86% em títulos públicos (LFT), 41,47% em títulos privados (letra financeira, debêntures, DPGE, CDB e nota promissória) e 40,17% outros (compromissada, cotas e outros) para os fundos de negociações livres; (ii) e para os fundos permitidos pelo BNDES a carteira é composta da seguinte forma: 84,10% em títulos públicos, 15,88% operações financeiras compromissadas e 0,02% em outros (Notas Explicativas nºs 6 e 11).

Não é identificado no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 4 e 6).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 89% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES está evidenciado na Nota Explicativa nº 18.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem dependendo de quantias significativas em custos de construção, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas

e/ou de terceiros para a conclusão da UHE Sinop. A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de junho de 2018, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2018, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Ativos

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	8.928		8.292	7.815	7.498
Receita financeira projetada anual			636	477	318
Taxa sujeita à variação			7,12%	5,34%	3,56%
Variação - R\$		Redução do CDI		(159)	(318)
	Saldo em 30/06/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	47.251		43.800	41.211	39.485
Receita financeira projetada anual			3.452	2.589	1.726
Taxa sujeita à variação			7,31%	5,48%	3,65%
Variação - R\$		Carteira de fundos		(863)	(1.726)

Passivos

Risco na apreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	971.272		1.033.385	1.048.913	1.064.441
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	62.113	77.641	93.169
Taxa de juros			6,40%	7,99%	9,59%
Variação - R\$				15.528	31.056

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2018	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	971.272		909.159	862.575	831.518
Despesa financeira projetada		Queda da TJLP	62.113	46.585	31.056
Variação - R\$			6,40%	4,80%	3,20%
				(15.528)	(31.056)

Premissas (média entre 2018 e 2019)

TJLP - Passivos	.	6,40%
Carteira de Fundos Bradesco	.	7,31%
CDI - Ativos	.	7,12%

30 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 401,88 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão.

- Seguradora: J. Malucelli Seguradora S.A.
 Apólice nº 01-0775-0185254
 Vigência: 18/12/2013 até 30/08/2018
 Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 88.871

Além da apólice de seguro mencionada, a Companhia possui seguro do tipo D&O para os gestores da Companhia, cujas condições constam como a seguir:

- Seguradora: AIG Seguros do Brasil S.A.
 Apólice nº 087372018010310000748
 Vigência: 01/04/2018 até 01/04/2019
 Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 14.248
 A Companhia também figura como beneficiária dos seguros de execução de obras civis em construção e instalações e montagens para implantação da UHE Sinop, contratados pela Triunfo Construtora S.A.:
- Seguradora: Austral Seguradora S.A.
 Apólice nº 1006700000512
 Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 31/12/2018
 Vigência da manutenção ampla: 31/12/2018 até 31/12/2020
 Limite máximo de garantia (LMG) R\$ 1.240.810
- Seguradora: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.
 Apólice nº 51510000242
 Vigência: 01/05/2018 até 31/12/2018
 Limite Máximo de Garantia (LMG) R\$ 50.000.

31 Compromissos

Até 30 de junho de 2018, a Companhia possui o montante de R\$ 416.512 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop e aquisição de energia elétrica para cumprimento das obrigações dos contratos CCEARs.

Compromissos	Total
Aquisição de energia elétrica	214.633
Obras da barragem	90.424
Obras do reservatório	50.943
Supressão vegetal	28.793
Plano Básico Ambiental	19.418
Outros	6.495
Assessorias, consultorias e auditorias	5.806
Total	416.512

32 Eventos subsequentes

1 Liquidação da Segunda Emissão de Debêntures

Em 3 de julho de 2018, ocorreu a liquidação do primeiro *tranche* da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, no montante bruto de R\$ 208.722 (duzentos e oito milhões setecentos e vinte e dois mil reais), deduzido de encargos de R\$ 10.844 (dez milhões oitocentos e quarenta e quatro reais).

Em 10 de julho de 2018, ocorreu a liquidação do segundo e último *tranche* da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, no montante bruto de R\$ 27.278 (vinte e sete milhões duzentos e setenta e oito mil reais), deduzido de encargos de R\$ 1.417 (um milhão quatrocentos e dezessete mil reais).

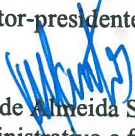
2 Aporte do BNDES

Em 26 de julho de 2018, a Companhia recebeu o aporte do BNDES no valor bruto de R\$ 32 milhões e IOF no valor de R\$ 600 mil. O crédito líquido em conta corrente foi no valor de R\$ 31,4 milhões.

3 Suspensão e compensação de cobrança do EUST

Em 26 de julho de 2018, a Companhia recebeu da Gerência de Contratos e Contabilização da Transmissão do Operador Nacional do Sistema Elétrico, através de comunicação eletrônica, o Ofício nº 43/2018-SRT/SCG/ANEEL, isentando a UHE Sinop nas Apurações Mensais de Serviços e Encargos do Sistema de Transmissão - AMSEs, no valor aproximado de R\$ 19 milhões. Este valor corresponde aos pagamentos dos Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão - EUST, no período de dezembro de 2017 a junho de 2018.

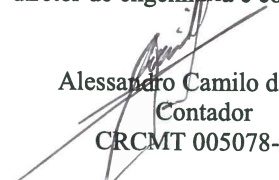

Jean Christophe Marcel Jos Delvallet
Diretor-presidente


Mauro de Almeida Santos
Diretor-administrativo e financeiro e
diretor de relações com investidores

Companhia Energética Sinop S.A. (pré-operacional)
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2018



Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de meio ambiente e
diretor de engenharia e construção



Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9

ves

